

FACULDADE DE DIREITO UFMG

Plano de Ensino de Disciplina

VERSÃO CURRICULAR: 2012/1	

NOME DA DISCIPLINA: **Tópicos de Direito Empresarial B DIC 074 - PROPRIEDADE INTELECTUAL E INOVAÇÃO**

CÓDIGO: DIC			DEPARTAMENTO: DIC		
TIPO:	OBRIGATÓRIA	X OPTATIVA	OUTROS		

C.H.TOTAL: 30 HORAS/AULA	CRÉDITOS: 02	PERÍODOS: Pré requisito – estar
		cursando Direito Civil V (DIC 059) -
		Direitos Reais

EMENTA – Conceitos introdutórios sobre gestão da propriedade intelectual, em âmbito nacional e internacional com abordagem da definição dos diversos tipos de propriedade intelectual, suas especificidades e legislações correspondentes; fundamentação teórica para a escrita de documentos de propriedade intelectual e qualidade; relação com organismos regulatórios; estratégias de proteção da propriedade intelectual; interface com a transferência de tecnologia. Exposição e debate sobre os institutos jurídicos da Propriedade Industrial: patente, desenho industrial, segredo industrial e comercial e marca; e da Propriedade sui generis: topografia de circuitos integrados e proteção de cultivares, como delineados pela legislação em vigor.

UNIDADES DE ENSINO

Unidade 1. Histórico da formação dos institutos

- 1.1 Os usos dos privilégios estatais absolutistas antes da ascensão do liberalismo. Patentes e Marcas na Europa ocidental dos séculos XV a XVII.
- 1.2 Relações entre as revoluções econômica (industrial) e política (liberal) e a reestruturação do regime jurídico das patentes, marcas e desenhos industriais nos séculos XVIII e XIX.
- 1.3 A internacionalização desses direitos em face da mundialização dos mercados capitalistas para produtos industriais: os tratados internacionais de proteção e os posteriores acordos gerais sobre comércio internacional.
- 1.4 Técnica e conhecimento tecnológico. Correlações entre inovação e tecnologia. Visão do conhecimento tecnológico como conhecimento técnico aplicado à indústria. Negociação econômica da inovação industrial. O uso de direitos de monopólio.
- 1.5 As propostas de unificação teórica dos institutos: direitos de clientela, propriedade industrial, direito industrial, direitos de autor e propriedade intelectual.
- 1.6 Repressão à concorrência desleal: seu histórico próprio e tentativas de vinculação com esses institutos. Concorrência e proteção ao segredo industrial.
- 1.7 Formação retrospectiva da legislação brasileira.
- 1.8 Vínculos entre política pública de inovação e propriedade intelectual.

Unidade 2 Diferenciação técnica desses institutos em face de direitos de proteção a outras criações culturais – a legislação brasileira em vigor

- 2.1 Propriedade Industrial e Direitos Autorais (Lei 9.610/98)
- 2.2 Propriedade Industrial e Programas de Computador (Lei 9.609/98)
- 2.3 Propriedade Industrial e Cultivares (Lei 9.456/97)
- 2.4 Propriedade Industrial e Topografia de Circuitos Integrados (Lei 11.484/07)



FACULDADE DE DIREITO UFMG

Unidade 3 Panorama da adicional legislação pertinente em vigor

- 3.1 Dispositivos constitucionais específicos (artigos 5 °, XXIX, 170, 215, 216 e 218 da Constituição Federal de 1988)
- 3.2 Dispositivos sobre responsabilidade no Código Civil (artigos 186 e 187)
- 3 3 A Lei 9 279/96
- 3.4 Os tratados internacionais (Convenção da União de Paris para a Proteção da Propriedade Industrial de 1883 e o TRIPS-OMC)

Unidade 4 O Direito de Autor e seu contraste com a Patente de Invenção

- 4.1 Autoria e monopólio de reprodução de exemplares. A criação da obra científica, literária ou artística.
- 4.2 O uso análogo do direito de autor para objetos de uso econômico: software e circuitos integrados.
- 4.3 Diferenciação e interseções entre direito de autor e patente de invenção: a formação da propriedade industrial e da propriedade intelectual.

Unidade 5 Apresentação do Sistema Clássico de Propriedade Industrial

- 5.1 Fundamentos ideológicos: contrato entre autor e sociedade; a proteção à personalidade do autor; o estímulo ao desenvolvimento social e tecnológico nacional e internacional. Visões individualistas e visões socializantes. Críticas ao sistema atual de propriedade intelectual (industrial e autoral).
- 5.2 Repercussões econômicas e sociais: a formação de monopólios localizados e suas consequências para a concorrência empresarial e o incremento tecnológico. O conflito entre o estímulo à oferta de bens tecnológicos e as consequências negativas dos monopólios.
- 5.3 Caracterização jurídica: Caracterização como direitos de propriedade sobre objetos imateriais ou direitos sui generis, referenciados pelo aspecto de proteção a monopólios.
- 5.4 Controle administrativo dos direitos: o registro administrativo como elemento de constituição e verificação dos direitos. A possibilidade de licenciamento compulsório estatal.

Unidade 6 Dos institutos em espécie: Patente de invenção

- **6.1** Das invenções e dos modelos de utilidade patenteáveis: a) Conceito de patente; b) Conceito de modelo de utilidade; c) Do certificado de adição de invenção; d) Elementos essenciais; e) Das invenções e dos modelos de utilidade não patenteáveis.
- **6.2** Dos direitos ligados à patente: a) Titularidade; b) Extensão; c) Proteção judicial; d) Da invenção e do modelo de utilidade realizado por empregado ou prestador de serviço.
- 6.3. Do INPI: aspectos administrativos da formação e defesa do direitos de propriedade industrial.
- **6.4** Da instituição e extinção do direito de patente: a) Pedido de patente depósito, processo e exame do pedido; b) Concessão e vigência da patente; c) Retribuição anual; d) Nulidade; e) Extinção e restauração; f) Da patente de interesse da defesa nacional.
- **6.5** Da negociação dos direitos: a) Cessão; b) Licença voluntária; c) Aspectos privados e aspectos administrativos dos negócios de disposição. d) O registro dos contratos de transferência de tecnologia.
- 6.6 Da intervenção administrativa nos direitos de patente: a) Desapropriação; b) Licença compulsória.

Unidade 7 Dos institutos em espécie: Desenho Industrial

- 7.1 Conceito de desenho industrial: elementos essenciais.
- 7.2 Da aplicabilidade subsidiária das disposições sobre patente.
- 7.3 Desenhos industriais registráveis e não registráveis.
- **7.4** Da instituição e extinção do direito ao desenho industrial: a) Registro, depósito, processo e exame do pedido; b) Concessão e vigência da direito; c) Retribuição anual; d) Nulidade; e) Extinção.
- 2.7.5 Dos direitos ligados ao desenho industrial: a) Titularidade; b) Extensão; c) Proteção judicial

Unidade 8 Dos institutos em espécie: Marca

- 8.1 Das Marcas: a) Conceito de Marca; b) Elementos essenciais; c) Dos sinais não registráveis como marca.
- 8.2 Espécies e subespécies: a) marca de produto ou serviço; b) marca de certificação; c) marca coletiva; d) marca de

DIREITO UFMG 1892

FACULDADE DE DIREITO UFMG

alto renome; e) marca notoriamente conhecida.

- **8.3** Diferenças essenciais entre patente e marca: a) natureza do objeto; b) requisitos para aquisição do direito; c) finalidade da proteção.
- **8.4** Relação entre proteção às marcas e a repressão à concorrência desleal: a) a defesa de direitos exclusivos individuais; b) a defesa do interesse público na proteção da boa-fé nas práticas empresariais. c) Aspectos convergentes e aspectos divergentes.
- 8.5 Da instituição e extinção do direito sobre marca não registrada: a precedência ao registro.
- **8.6**. Da instituição e extinção do direito sobre marca registrada: a) Pedido de registro de marca depósito, processo e exame do pedido; b) Concessão e vigência do direito sobre marcas; c) Retribuição anual d) Nulidade; e) Extinção e restauração.
- 8.7 Dos direitos ligados à marca: a) Titularidade; b) Extensão; c) Proteção judicial.
- 8.8 Da negociação dos direitos: a) Cessão; b) Licença voluntária; c) Aspectos privados e aspectos administrativos dos negócios de disposição.

Unidade 9 Dos Segredos Industriais e Comerciais (know-how sigiloso)

- 9.1 Segredos na legislação: segredos em comércio (negociáveis) e fora de comércio.
- 9.2 Conceito de segredo em comércio: a) segredos industriais; b) segredos comerciais.
- 9.3 Proteção civil e penal aos segredos industrias e comerciais.
- 9.4 Defesa dos segredos empresariais e repressão à concorrência desleal.

Unidade 10 Repressão à Concorrência Desleal e a proteção ao Segredo Empresarial

- 10.1 Circunstâncias da vinculação legislativa brasileira entre propriedade industrial e repressão à concorrência desleal.
- **10.2** Da concorrência leal como dever do empresário: a) Princípios e parâmetros; b) As normas abertas; c) Defesa de interesses particulares e a defesa do interesse público.
- 10.3 Os tipos fechados: casuística de atos de concorrência desleal.
- 10.4 A repressão civil e penal à concorrência desleal.

Unidade 11 Da Proteção aos Programas de Computador (software)

- 11.1 Proteção do programa de computador e direito autoral
- 11.2 Direito comparado: possibilidades de proteção por patente
- 11.3 Dos direitos de proteção aos programas de computador:: a) Titularidade; b) Extensão; c) Proteção judicial.
- **11.4** Da negociação dos direitos: a) Cessão; b) Licença voluntária; c) Aspectos privados e aspectos administrativos dos negócios de disposição.

Unidade 12 Da Proteção à Topografia dos Circuitos Integrados (autoral)

- 12.1 Elementos: circuito integrado e topografia de circuitos integrados
- 12.2 Do registro junto ao INPI
- 11.3 Dos direitos de proteção: a) Titularidade; b) Extensão; c) Proteção judicial.
- **11.4** Da negociação dos direitos: a) Cessão; b) Licença voluntária; c) Aspectos privados e aspectos administrativos dos negócios de disposição.

Unidade 13 Da Proteção aos Cultivares (sui generis)

- 13.1 Elementos: a) Novidade; b) Distinguibilidade; c) Homogeneidade; e d) Estabilidade.
- 13.2 Espécies: nova cultivar e cultivar essencialmente derivada.
- 13.3 Dos direitos de proteção a cultivar: a) Titularidade; b) Extensão; c) Proteção judicial.
- **13.4** Da negociação dos direitos: a) Cessão; b) Licença voluntária; c) Aspectos privados e aspectos administrativos dos negócios de disposição.



FACULDADE DE DIREITO UFMG

Bibliografia básica:

BARBOSA, Denis Borges. *Uma introdução à propriedade intelectual*. 2ª.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003. CERQUEIRA. João da Gama. *Tratado da propriedade industrial*. 2v. 2ª. ed., ver. e atualizada por Luiz Gonzaga do Rio Verde, João Casimiro Costa Neto. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1982. SILVEIRA, Newton. *Propriedade intelectual*. 3ª.edição. São Paulo: Manole, 2005.

Bibliografia complementar

GABRIEL, Douglas Domingues. *Direito industrial-patentes*. Rio de Janeiro: Forense, 1980.
GABRIEL, Douglas Domingues. *Marcas e expressões de propaganda*. Rio de Janeiro: Forense, 1984.
CUNHA, Frederico Carlos da. *A proteção legal do design*. 2 v. Rio de Janeiro: Lucerna, 2000.
DINIZ, Davi Monteiro. *Propriedade industrial e segredo em comércio*. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.
CAIRU, José da Silva Lisboa, *Visconde de. Observações sobre a franqueza da indústria, e estabelecimentos de fábricas no Brasil* (reimpressão da edição de 1810). Brasília: Senado federal, 1999. (Coleção Biblioteca Básica Brasileira)